



NOTAS ECONÓMICAS

A MOEDA ÚNICA NA REINVENÇÃO DA EUROPA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Moeda Única: Europeização ou Crioulização Monetária?



Boaventura de Sousa Santos Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra — Centro de estudos Sociais

Numa colecção de brilhantes ensaios sobre a cultura portuguesa publicada em 1960, Joel Serrão, ao analisar a dualidade matricial da nossa cultura entre uma vertente nacionalista e tradicionalista e uma vertente cosmopolita e estrangeirada, invectivava contra os teólogos coimbrões, os quais, em pleno séc. XVII e XVIII, «imperturbáveis mantinham a tradição da escolástica medieval, em decadência ou substituída já na restante Europa, e empenhavam-se com diligência em que não fossem permitidos, na pequena casa lusitana, 'paradoxos nem ideias perigosas'» (Serrão, 1960: 50). Devo dizer que, não sendo teólogo, sou sociólogo e sou coimbrão, e considero que a moeda única é um paradoxo e não sei se é perigosa, tudo dependendo do modo como for criada. É um paradoxo porque, no sentido moderno do termo toda a moeda é única, pois doutro modo não poderia funcionar como equivalente geral. A questão da unicidade não é nunca da moeda, é do espaço que ela cobre. Coerentemente, deveríamos falar de moeda supra-única, no mesmo sentido em que falamos de Estado supranacional. A Europa dispõe neste momento de uma série de moedas únicas e quer reduzir essa série a uma só. Chame-se o que se lhe quiser, é sempre uma dessas moedas que prevalecerá na que vier a ser criada. Sabemos que será o marco. Acontece que no contexto europeu uma moeda nacional não poderia funcionar como moeda internacional, ao contrário do que tem sucedido com o dólar nalguns países do mundo. O que tem de específico o contexto europeu? Culturalmente penso que a especificidade é hoje a mesma que existia em 1953, quando se realizou uma mesa redonda sob os auspícios do Conselho da Europa em que participaram os mais eminentes pensadores europeus. Ao prefaciá-lo resultou dessa discussão (Max Beloff, *A Europa e os Europeus*, Lisboa, Editora Ulisseia, s/d-) Denis de Rougemont, reflectindo sobre as dificuldades havidas nos debates em definir o conteúdo e os limites da Europa, desabafava: «Quase no fim das discussões, apresentei esta definição: não seria o europeu de facto aquele homem singular que se manifesta europeu precisamente na medida em que o não crê, e se empenha, pelo contrário, em identificar-se ou com o homem universal que imagina ou com as unidades compostas do grande complexo europeu, de que se revela como parte no próprio facto de negá-lo?». Esta definição é tão verdadeira hoje quanto então e, culturalmente, a moeda única exprime precisamente a nossa dificuldade em imaginar algo que nem é verdadeiramente universal, nem se reduz à unicidade de cada um dos rincões nacionais da Europa. A moeda única tem assim algo de transitório: entre o regresso às moedas verdadeiramente únicas, as nossas nacionais, ou de passagem para uma verdadeira moeda universal, a das trocas electrónicas feitas em unidades de conta, sem nome nem substância, que escondemos debaixo do colchão sob a forma de código, *pin number*, ou *password*.

Dada esta característica culturalmente híbrida, procurarei identificar, num primeiro momento, algumas implicações sociológicas da moeda única para a vida dos europeus e, portanto, para a vida dos portugueses, enquanto europeus comuns, e num segundo momento algumas implicações para nós portugueses enquanto europeus incomuns.

1. A moeda única e os europeus

As relações dos europeus com a moeda única ou com o dinheiro em geral são muito complexas e extravasam em muito as dimensões económicas e sociais. Como reagirão à nova moeda? O sociólogo alemão Georg Simmel escreveu no princípio do século sobre a filosofia do dinheiro e viu articulações profundas entre a vida urbana, sobretudo nas grandes metrópoles, e o uso do dinheiro. Tal como a vida metropolitana, o dinheiro cria a indiferença à individualidade e reduz as qualidades e as emoções a uma só questão: quanto custa? Simmel refere um historiador inglês para quem «Londres nunca foi o coração da Inglaterra, foi a sua cabeça e o seu saco de dinheiro» (Simmel, 1950: 412).



Será que a indiferença à individualidade, que o dinheiro cria, será compensada ou correspondida pela indiferença dos europeus à individualidade do dinheiro? Se assim for, a moeda única será aceite sem problemas no plano cultural apesar do seu carácter híbrido, a que acima fiz alusão.

Mas suponhamos que, apesar de o dinheiro criar em geral a indiferença à individualidade e à qualidade de vida, as diferentes moedas nacionais criam maneiras diferentes de ser indiferente à individualidade e à qualidade de vida. Será que a maneira como os portugueses se relacionam com o escudo é diferente da maneira como os alemães se relacionam com o marco? Tudo depende de saber se nós somos tão indiferentes à individualidade e à qualidade do dinheiro como o dinheiro é indiferente à nossa individualidade e qualidade. A questão é esta: em matéria de dinheiro é apenas uma questão de ter muito ou pouco dinheiro ou é também uma questão de ter melhor ou pior dinheiro?

Como veremos adiante, as elites políticas e económicas europeias estão a promover a moeda única com uma lógica muito utilitária e pragmática. Será que esta atitude utilitária vai ser também a que os europeus vão ter em relação à moeda? Ou será que, pelo contrário, as moedas nacionais adquiriram na Europa no último século uma dimensão cultural e simbólica que extravasa o utilitário? Será que nós somos menos indiferentes à qualidade do dinheiro que o dinheiro às nossas qualidades? Se este for o caso, vamos assistir, eventualmente, na Europa à emergência do que eu designaria por crioulos monetários. Enquanto a moeda única será a oficial e a veicular entre os europeus, os portugueses, os espanhóis e os franceses continuarão, por muito tempo, a fazer as suas contas familiares e a pensar nas suas finanças em privado na moeda materna. E como esta deixa de poder ser falsificável, não tem de ser produzida na casa da moeda. Pode sê-lo em qualquer casa de fotocópias. Neste caso, a condição que a Europa impôs à África no domínio da língua é agora devolvida à Europa como auto-imposição no domínio monetário. A moeda, a língua, e as horas terão assim na Europa diferentes destinos. Com a moeda única, à medida que a Europa se alargar, diminuirá a sua diversidade monetária, mas aumentará a diversidade de fusos horários. Por seu lado, a língua inglesa continuará a avançar, não como língua única, mas como língua franca, uma espécie de crioulo que actua ao invés do crioulo monetário: um crioulo internacional informal usado paralelamente às línguas oficiais que continuarão a ser por muito tempo as nacionais, todas ou algumas. Vejamos agora mais de perto as consequências económicas e sociais da moeda única.

No plano económico, todos os relançamentos da Europa têm sido uma resposta a uma ameaça pressentida pelas elites políticas e económicas, tenham sido elas a ameaça da estagnação ou dos choques do petróleo. A moeda única é uma resposta a uma nova ameaça: a eventual posição de fraqueza da Europa na competitividade internacional num mundo dividido em três blocos em que os outros dois, os Estados Unidos da América e o Japão, por serem países, têm uma só moeda.

De facto, sobre o perfil futuro da globalização económica existe hoje um grande debate e a regionalização em blocos é um entre vários cenários possíveis. São dois os cenários mais discutidos. Para uns, o mundo caminha para uma verdadeira globalização, multilateral, interdependente, um sistema único sobreposto aos vários Estados nacionais que vão perdendo influência. Para estes autores, as relações interregionais são pelo menos tão fortes quanto as intrarregionais e a cooperação multilateral parece ser o resultado natural de estarmos perante um conjunto de grandes potências com um poder económico mais ou menos equiparável e com um interesse maior em criar riqueza do que em acumular poder, de que são principais exemplos a Alemanha e o Japão. Para os que assim pensam, o futuro está, não em várias moedas únicas, mas numa moeda universal. Para outros, ao contrário, o mundo caminha para a divisão entre três blocos e a concorrência entre eles sobrepujará a cooperação. Aliás, segundo Thurow, ao contrário do que sucedeu na segunda metade do séc. XX, em que dominou a concorrência de nicho ou intersectorial, onde os diferentes países se especializaram em diferentes actividades, no séc. XXI dominará a concorrência ombro a ombro ou intrasectorial em que todos os países vão querer competir nos sectores liderantes — microelectrónica, biotecnologia, telecomunicações,

computadores e robótica. Enquanto na competição de nicho todos podem ser vencedores, na competição ombro a ombro haverá vencedores e vencidos.

A moeda única privilegia este último cenário, o da regionalização. Para os que perfilham este último cenário, um outro debate assume particular interesse: o debate sobre os diferentes modelos do capitalismo. Haverá três ou apenas dois modelos de capitalismo? O Europeu, o Americano e o Japonês ou apenas o Anglo-Americano e o Germano-Japonês? Como é que eles se distinguem? Este debate é importante no contexto da moeda única porque o impacto desta só pode ser determinado em função do quadro macro-estrutural em que ela intervém. No entanto, é muito mais difícil definir o modelo de capitalismo europeu do que os outros porque é o mais heterogéneo. Como dizem Barbara Stallings e Wolfgang Streeck, este modelo inclui a Inglaterra, que em muitos aspectos é mais semelhante aos Estados Unidos da América que à Europa continental, e inclui a Grécia e Portugal que para todos os efeitos práticos são países em desenvolvimento (1995: 90). Quando se fala de modelo económico europeu tem-se muito em vista o país maior e mais poderoso, a Alemanha. Trata-se de um modelo social democrático baseado em direitos de cidadania, tanto política como social e económica, com elevados níveis de protecção social, e em que instituições públicas fortes, legitimadas democraticamente, permitem garantir compromissos sociais e políticos dotados de alguma estabilidade. Não se trata de um sistema rígido mas de uma combinação de flexibilidade e de rigidez, a rigidez flexível de que fala Ronald Dore (1986).

Se é este o modelo, qual é o impacto nele da moeda única? Muito sucintamente eu diria que todo o processo de integração económica tem sido orientado para gerar liberalização económica e pressões competitivas que enfraquecem o carácter social democrático do modelo, e que a moeda única é um passo fortíssimo nesse processo. O modelo social democrático assenta numa simetria ou coerência entre o sistema económico e o sistema social e político num quadro nacional. A integração europeia, ao contrário, assenta numa assimetria ou incoerência entre a centralização e a institucionalização supranacional de tudo o que contribui para a ampliação e integração do mercado e a fragmentação nacional das correcções do mercado, sobretudo no domínio das políticas sociais, as quais, no entanto, longe de manterem a solidez nacional que tinham antes da integração, são sujeitas às pressões da competição liberalizante decorrentes da própria integração do mercado. Neste contexto, o papel dos Estados nacionais torna-se particularmente complexo e ambíguo: fortalece-se sempre que a acção do Estado visa promover a liberalização e ampliação do mercado; enfraquece-se sempre que implica a assumpção de compromissos sociais e políticos de lógica não mercantil com vista a estabilizar as expectativas dos trabalhadores e dos cidadãos em geral. Neste modelo de integração, a construção de um estado-supranacional deixa de ser a condição de um mercado supranacional. Pelo contrário, este último passa a pressupor a inexistência do primeiro. Como diz W. Streeck, «a despolíticação da economia produzida pela liberalização internacional representou uma oportunidade para os Estados nacionais se descomprometerem de responsabilidades que assumiram no pós guerra e sem terem de temer que tais responsabilidades passassem para um super-estado internacional que pudesse pôr em risco o monopólio político dos Estados nacionais» (1997: 3).

A moeda única é provavelmente uma pressão adicional e um factor adicional do desequilíbrio entre a europeização do mercado e a nacionalização das políticas sociais, incluindo as políticas de emprego. A administração da moeda única estará a cargo de uma agência supranacional (o Banco Central), que actuará sem pressões políticas, ao mesmo tempo que deixa aparentemente intactas e fragmentadas, como sempre, as instituições tradicionais da soberania política. A coesão social correrá o risco de ficar a cargo de quem já não tem capacidade para a levar a cabo. Com uma política monetária centralizada, uma política fiscal manietada pelo «pacto de estabilidade» ao mesmo tempo que a política do emprego permanece como responsabilidade nacional, torna-se quase inevitável que a política de emprego não tenha outra saída senão a chamada flexibilidade ou precariedade, e as políticas sociais não tenham outra saída senão a redução global do nível de protecção social e a privatização parcial com a promoção dos fundos de pensões e dos seguros de saúde.





Para não ser perigosa, a ideia da moeda única deveria ser parte integrante de um projecto global em que as dimensões económica, política, social e mesmo cultural tivessem um peso comparável. Quando os Estados nacionais modernos criaram a moeda única fizeram-no no contexto de um grande projecto político e social centralizador que envolvia o mercado, mas que ia para além dele até à relação política de soberania e de cidadania e à criação da cultura nacional. Por isso, a unidade da moeda surgiu de par com a unidade do território, do direito, da língua e do sistema educativo. Hoje, ao contrário, as elites políticas e económicas que promovem a moeda única fazem-no com uma atitude indistintamente utilitária e aparentemente anti-política: melhorar a competitividade internacional da Europa através da centralização dos mecanismos de coordenação económica. E a verdade é que hoje em dia, a integração económica é feita de factos enquanto a integração social e política é feita de palavras.

Qualquer que seja a definição de coesão social e por mais minimalista que seja, ela pressupõe uma instância de coordenação política que actua segundo uma lógica não mercantil. Esta instância tem de ser tanto mais forte quanto mais diferenciada for a estrutura sócio-económica que lhe serve de base. Esta diferenciação vai aumentar, quer por efeito do próximo alargamento da União, quer por mero efeito da moeda única enquanto instrumento económico. Não esqueçamos que o aumento da competitividade internacional da Europa que a moeda única visa promover se obtém, em parte, através do aumento das pressões competitivas no interior da União. Como os Estados vão ser mobilizados para promoverem essas pressões, o aumento da competição interestadual torna-se o cenário mais realista. Esta competição, porque obedece à lógica liberalizante da integração económica, não pode deixar de redundar na redução do nível de protecção social a cargo dos Estados nacionais. E, em termos reais, essa redução será tanto mais forte quanto mais baixo for o nível de partida da protecção social. Como não se toca nos limiares de partida da protecção social, o impacto da moeda única vai muito para além da questão da criação ou destruição do emprego. A situação nua e crua continuará a ser esta: enquanto um desempregado alemão pode vir passar férias a Portugal, um empregado português não pode ir passar férias à Alemanha.

O mesmo processo que torna a cooperação interestadual mais necessária torna-a também mais inviável. Isso está a ocorrer a nível mundial, como mostra dramaticamente o terremoto financeiro asiático. E pode vir a ocorrer mais e mais na Europa. Um dos efeitos do colapso do regime soviético foi aumentar a competição intercapitalista. Não é por acaso que é a partir de então que assistimos à inundação de literatura sobre os diferentes modelos de capitalismo e as suas forças e fraquezas recíprocas. Se na Europa a competitividade internacional tiver de passar pela competição interestadual isso será perigoso, sobretudo se as pressões competitivas redundarem em instabilidade política. Aliás, a competição interestadual pode ser apenas uma das fontes dessa instabilidade e nem sequer a maior. A outra fonte pode ser o aumento da diversidade estrutural interna dos sistemas nacionais nomeadamente no domínio do mercado de trabalho e sistemas de emprego.

A convergência funcional dos Estados nacionais sob um regime de pressões competitivas pode vir a exigir profundas mudanças no financiamento das políticas sociais que afectam uns sectores mais que outros e a medida que diminui o número global de «bons empregos» poderá levar à criação de novos extractos de emprego mal remunerado e com protecção social residual. Ou seja, a convergência funcional pode vir a coincidir com a diversidade estrutural interna dos países da União. Tal facto pode ser um factor adicional de instabilidade, dependendo muito da postura dos sindicatos, de eles entenderem ou não o aumento da diversidade ou heterogeneidade como o preço a pagar para sobreviverem.

Tal como as coisas estão neste momento, é de admitir que os herdeiros de Maastricht estejam a assumir o risco de o aumento da competitividade internacional ser obtido à custa da estabilidade política. É por isso que intensificam o carácter supranacional da integração económica ao mesmo tempo que deixam para as instituições nacionais a gestão da estabilidade política. A estabilidade política terá de ser cada vez mais localizada para não afectar a

legitimidade de uma integração económica cada vez mais globalizada. Esta diferença de escala entre o político e o económico é crucial à viabilidade do modelo actual de integração.



2. A moeda única e os portugueses

Tanto no plano sociológico como no plano mito-simbólico, o impacto da moeda única vai ser complexo para o conjunto dos europeus, mas também vai ser diferente para as diferentes nacionalidades europeias. Como será no caso dos portugueses?

Como illustrei acima, os estudos não oficiais sobre a Europa colocam, em geral, Portugal e a Grécia numa categoria à parte: países em desenvolvimento. Nós próprios, no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, temos considerado Portugal uma sociedade semiperiférica ou de desenvolvimento intermédio. No plano sociológico, é de prever que a moeda única tenha um impacto ainda mais forte e desestabilizador no mercado de trabalho e nas políticas sociais. Aliás, como membro da Comissão do Livro Branco da Segurança Social, tenho assistido inconformado como cidadão e ratificado como sociólogo ao modo como o Secretariado da Comissão defende para Portugal o futuro plafonamento das pensões de reforma e a criação de uma 2ª pensão obrigatória no regime de capitalização individual a gerir por fundos de pensões privados — uma medida só existente em países em desenvolvimento em face dos níveis de poupança e da necessidade de fortalecer os mercados de capitais.

Apesar de o impacto social da Moeda Única ser em Portugal motivo de preocupação acrescida, a verdade é que os portugueses são dos europeus menos informados sobre a moeda única e talvez por isso também dos mais indiferentes à sua criação. Será apenas ignorância ou será antes uma atitude *blasé* que Simmel também ligava à vida metropolitana, uma atitude de indiferença que resulta da sobreexcitação constante dos nervos na vida urbana? Mas, neste caso, onde reside ou residiu a sobreexcitação dos nervos dos portugueses? É certo que Portugal nos últimos vinte e cinco anos viveu várias situações dramáticas e decisivas: a perda do império, o 25 de Abril, a adesão à CEE. Mas será que os portugueses em geral viram nessas situações decisões suas ou decisões sobre eles? E terá sido diferente no caso dos descobrimentos, do Tratado de Methuen, da revolução liberal, do Ultimatum, da República, de Salazar? Provavelmente, a atitude luso-*blasé* não deriva de repetida sobreexcitação, mas antes provavelmente de repetida subexcitação dos nervos. Do hábito de ser objecto, e não sujeito, de decisões.

Do ponto de vista dos portugueses, a moeda única só poderá ser um benefício se redundar em aumento da protecção social, já que esta é a mais baixa da Europa, e em aumento do emprego, não tanto da quantidade como da qualidade do emprego, já que esta é igualmente a mais baixa da Europa. As perspectivas não são animadoras, mas, tanto cá como lá fora, continuará a discutir-se se a união monetária beneficia mais as regiões centrais ou as periféricas. Este debate extravasa em muito o nível económico. Portugal, que foi por um brevíssimo período, no séc. XV e XVI, uma região central da Europa, viveu sempre com um misto de resignação e de ressentimento a condição periférica que se seguiu por muitos séculos.

Voltando ao séc. XVII e séc. XVIII portugueses e a Joel Serrão, observamos como Serrão se insurge contra o isolamento e a deseuropeização do português e pergunta retoricamente: «Teremos então que concluir, com fria objectividade, que o destino nos condenou a todos, Portugueses, a não acompanharmos a Europa nas sendas do seu crescimento mental?» (1960: 33). A sua resposta é negativa. Hoje, quanto ao crescimento económico, perguntamo-nos nós, não será a entrada no pelotão da frente da moeda única uma resposta igual e decisivamente negativa? Mas já que falei no séc. XVIII, será interessante comparar o debate actual sobre as vantagens e desvantagens, para Portugal, da entrada na moeda única com o debate, igualmente pouco intenso, que houve em Portugal a propósito da assinatura, em 1703, do Tratado de Methuen, nos termos do qual se facilitava a entrada de tecidos ingleses em Portugal como contrapartida de uma diminuição dos direitos de entrada do vinho português em Inglaterra. Num livro recente e excelente, José Luis Cardoso fala do modo como o Tratado foi visto



negativamente entre nós na medida em que bloqueava as experiências de industrialização inspiradas na obra de Duarte Ribeiro de Macedo (1997: 221). No entanto, o mesmo Tratado foi considerado por Adam Smith como sendo vantajoso para Portugal e desvantajoso para a Inglaterra (1976: 179). E, como se sabe, Ricardo utilizou-o para ilustrar a sua teoria das vantagens comparativas. Em retrospecto, deve concluir-se que Adam Smith estava errado. Quem está errado no debate actual, num momento em que a competição deixou de ser predominantemente intersectorial para ser intrasectorial?

Boa ou má, a moeda única tornou—se inevitável e incontornável. Daí talvez a nossa atitude luso-*blasé*. É um desafio, mas a maioria dos parâmetros não depende de nós. O importante é saber se a moeda única, uma vez criada, é um caminho sem regresso ou se, pelo contrário, tal como pode ser facilmente feita através de um pacto de estabilidade e de competitividade internacional, pode ser com igual facilidade desfeita, no caso de tal pacto se provar ruinoso para o desenvolvimento económico, social, cultural e político da maioria dos europeus. Se for este último o caso, é possível avançar sem grande dramatismo nem excessiva cautela, como é típico da teoria económica hegemónica. Se, pelo contrário, a moeda única for um caminho sem regresso, então cada passo deve ser bem medido, e medido em todas as suas dimensões económicas, sociais, políticas e culturais. Trata-se, então, de assunto muito mais complexo, que tem de ser apropriado cientificamente pelo conjunto das ciências e politicamente pelo conjunto dos cidadãos. É que, neste último caso, teremos de nos confrontar com a seguinte clarividente advertência de Santo Agostinho: «A dor mergulha suas raízes na ruína da unidade. Pelo que convém não desejar unidade em relação ao que facilmente pode ser separado». A propósito de Santo Agostinho e a concluir, talvez nos seja útil meditar no seguinte: Santo Agostinho é hoje uma das referências ilustres do pensamento europeu, mas como nasceu na Província da Numídia do Império Romano, e portanto no território actual da Argélia, se nascesse hoje seria talvez um imigrante argelino, suspeito como todos os outros, ou um jovem argelino a concorrer ao programa MedCampus para poder frequentar a Universidade de Paris.

Referências Bibliográficas



Beloff, Max (s/d) *Europa e Europeus*, Lisboa, Ulisseia.

Cardoso, José Luis (1997) *Pensar a Economia em Portugal*, Lisboa, Difel.

Dore, Ronald (1986) *Flexible Rigidities: Industrial Policy and Structural Adjustment in the Japanese Economy 1970-1980*, Stanford, California Stanford University Press.

Rougemont, Denis de (s/d.) Introdução, in Beloff, 11-21.

Serrão, Joel (1960) *Temas de Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ática.

Simmel, Georg (1950) *The Sociology of Georg Simmel*, Nova Iorque, Free Press.

Smith, Adam 1776(1759) *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Chicago, University of Chicago Press.

Stallings, Barbara (ed.) (1995) *Global Change, Regional Responses. The New International Context of Development*, Cambridge, Cambridge University Press.

Stallings, Barbara; Streeck, Wolfgang (1995) Capitalisms in Conflict? The United States, Europe and Japan in the Post-Cold War World, in Stallings (ed.), 67-99.

Streeck, Wolfgang (1997) *The Internationalization of Industrial Relations in Europe: Prospects and Problems*, Conferência realizada na Universidade de Wisconsin-Madison em 24 de Setembro.